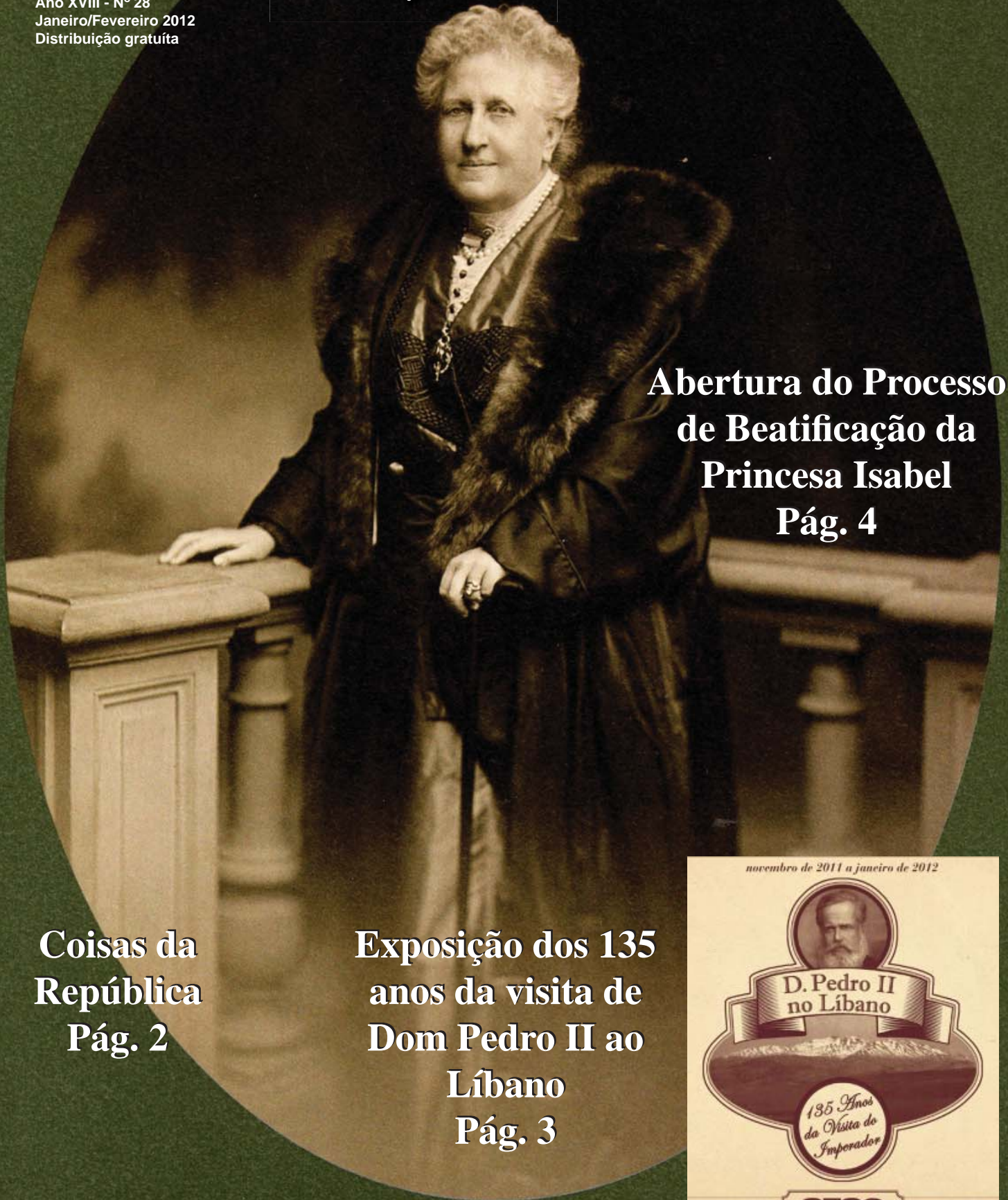




HERDEIROS do PORVIR

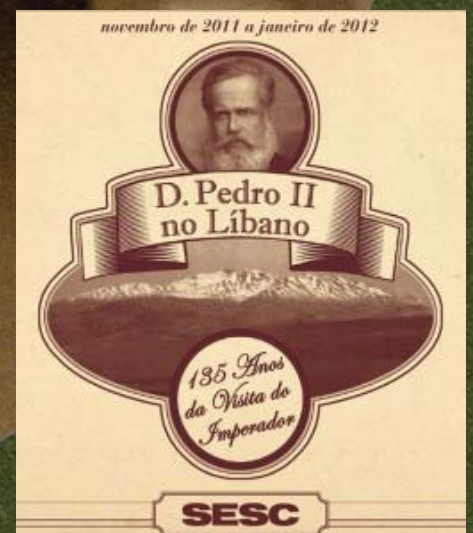
Ano XVIII - Nº 28
Janeiro/Fevereiro 2012
Distribuição gratuita



**Abertura do Processo
de Beatificação da
Princesa Isabel
Pág. 4**

**Coisas da
República
Pág. 2**

**Exposição dos 135
anos da visita de
Dom Pedro II ao
Líbano
Pág. 3**



O Brasil e o modelo de virtude da Princesa Isabel

Em novembro de 2011 realizou-se em São Paulo homenagem à Princesa Isabel pela passagem dos 90 anos de seu falecimento.

O príncipe D. Antonio e sua esposa, Dona Christine de Ligne vieram especialmente do Rio de Janeiro para prestigiar o evento que contou também com a presença de D. Casimiro de Bourbon-Siciles, primo dos príncipes brasileiros.

Dr. Adolpho Lindenberg abriu a sessão destacando a presença de D. Luiz, Chefe da Casa Imperial do Brasil, a quem propôs a presidência de honra da solenidade.

Os historiadores Hermes Rodrigues Nery e José Carlos Sepulveda da Fonseca proferiram palestras sobre a Princesa Isabel, tendo o primeiro abordado a abertura do processo de beatificação da Redentora e o segundo desenvolvido o tema da opção preferencial pela nobreza.

A apresentação do príncipe D. Bertrand destacou o modelo de virtude e de piedade de sua bisavó, como também o fato de ter sido formada na consciência do dever a cumprir e na ideia de que nascera para servir ao Brasil.

Hoje, infelizmente, a maioria dos políticos e governantes brasileiros carece do senso do dever a cumprir e da ideia de servir ao País. Servem apenas aos interesses de seus partidos, mesmo em prejuízo da Nação, e usufruem dos cargos que ocupam mesmo às custas do sofrimento popular.

Que o modelo de virtude e moralidade elevada da Princesa Isabel possa servir de exemplo e de freio aos abusos dos políticos e assim favorecer o Brasil e todos os brasileiros.

Expediente Herdeiros do Porvir

Publicação da Pró-Monarquia,
entidade civil sem fins lucrativos.

Rua Itápolis, 873 - CEP 01245-000 - São Paulo - SP

Tel./Fax: (11) 3822-4764

www.monarquia.org.br

Diretor Responsável: Gustavo Cintra do Prado

Jornalista Responsável: Yone P. Caldeira (MTB 17.354)

Redator Chefe: Geraldo Hélon Winter

Diagramação: Winter Design

Impressão: Grafilar - Gráfica e Editora do Lar Anália Franco

Coisas da República

José Guilherme Beccari



Memória desprezada. Irineu Evangelista de Souza, o Barão e Visconde de Mauá (1813-1889), foi um dos mais destacados empreendedores brasileiros. Gaúcho de Nossa Senhora do Arroio Grande, aos 9 anos transferiu-se para o Rio. Foi aí que desenvolveu sua brilhante capacidade empresarial, entre outras. Fundou e ajudou a construir o estaleiro Cia. Ponta de Areia (Niterói), a Cia. de Navegação a Vapor do Rio Grande do Sul e do Amazonas, a Cia. de Iluminação do Rio de Janeiro, a Estrada de Ferro Rio-Petrópolis, a primeira rodovia pavimentada (Petrópolis-Juiz de Fora), a Recife and São Francisco Railway, a Ferrovia D. Pedro II (Central do Brasil), a São Paulo Railway (Santos-Jundiaí), a instalação de cabos telegráficos submarinos ligando o Brasil à Europa, etc. Em 1910 a capital federal inaugurou estátua em sua memória. Seria de se supor que fosse bem conservada pelas autoridades, certo? Errado! Foi largada como “lixo” no canto de uma fábrica de asfalto da prefeitura carioca (foto), segundo denúncia da família.

Desgraça constitucional. - Enquanto o clamor popular anseia pela urgente redução da maioria penal, eis que o Congresso Nacional aprova uma singular mudança na Constituição, que passa a equiparar homens maduros aos menores de idade. Mediante a Emenda Constitucional 65, introduziu-se no artigo 227 da Carta Magna a seguinte alteração: a palavra “jovem” passou a substituir os termos “criança” ou “adolescente” que até então ali figuravam. Assim, o Projeto de Lei 4530/2004, prestes a ser votado pelo Congresso, estabelece em seu artigo 1º: “Fica aprovado o Plano Nacional de Juventude, destinado aos jovens brasileiros com idade entre quinze e vinte e nove anos [sic!]”. A bem dizer, estendem-se a pessoas inteiramente adultas (vinte e nove anos!) os benefícios e privilégios contidos no artigo 227, o qual reza: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança [agora, portanto, ao *jovem*] e ao adolescente [agora, portanto, ao *jovem*], com absoluta prioridade [sic!], o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Consequência: doravante, um “jovem” de 29 anos poderá pleitear [sic!], em paridade de condições com os seus rebentos, os direitos constitucionais originariamente destinados à proteção destes... Em 2007, pesquisa realizada pelo instituto Data-Senado revelou que 87% dos brasileiros se mostram favoráveis à redução da maioria. Contudo, na concepção de certos políticos de nada valem os clamores de uma nação vilipendiada. Importa-lhes, isto sim, refestelar-se em seus ociosos e bem remunerados ofícios...

Exposição marca 135 anos da visita de D. Pedro II ao Líbano



D. Gabriel discursa no evento.

Foto: J. Reis

Com a presença do Príncipe D. Gabriel de Orleans e Bragança, representando a Casa Imperial brasileira, foi aberta em 24 de novembro p.p., no SESC da Vila Mariana, em São Paulo, a exposição “D. Pedro II no Líbano – 135 anos da Visita do Imperador”. A solenidade de inauguração contou com a presença de autoridades civis, militares, eclesiásticas e numeroso público.



Bandeira Imperial na exposição.

A cerimônia iniciou-se com a execução dos hinos nacionais do Líbano e do Brasil. Em seguida vários oradores discursaram, entre os quais D. Gabriel. “É uma grande honra estar aqui representando a família” – disse ele, para em seguida salientar que é gratificante notar o resultado da união das comunidades brasileira e libanesa, e verificar quanto o Brasil lucrou cultural e economicamente com essa miscigenação, mostrando o acerto da ação de D. Pedro II. “Sou do

Rio de Janeiro, estou morando em São Paulo há apenas 3 anos, e aqui tive a oportunidade de conhecer grandes brasileiros descendentes de libaneses, muitos dos quais hoje presentes nesta cerimônia”, disse o príncipe. Em seguida foi agraciado, em nome da Associação Cultural Brasil-Líbano, com um quadro comemorativo alusivo à data.

A histórica viagem do Imperador ao Líbano em 1876 foi o ponto de partida da imigração de libaneses para o Brasil. Hoje nossa Pátria abriga a mais numerosa colônia daquela origem no exterior. Estima-se que mais de 8 milhões deles vivam aqui. Para marcar o acontecimento, a Sra. Lody Brais, presidente da Associação Cultural Brasil-Líbano, organizou a exposição, que tem entre suas principais atrações duas peças cedidas pela Casa Imperial do Brasil: uma bandeira oficial do Império e uma espada de D. Pedro II.

A Sra. Lody não esconde sua admiração por nosso Imperador. Em entrevista à imprensa, disse que “D. Pedro II atuou como diplomata, embaixador, divulgador do Brasil no Líbano. Ao longo da viagem, conversou com muitos libaneses, intelectuais e camponeses. Por onde passava falava do Brasil, deixando claro que os libaneses seriam recebidos de braços abertos e seriam prósperos por aqui”. Após 4 anos aportavam no Brasil as primeiras levas.

Além da bandeira e da espada acima mencionadas, várias preciosidades são mostradas ao público, como o diário do Imperador, no qual relatava impressões e fatos pitorescos da viagem, além de fotos de cidades visitadas. O roteiro da expedição foi refeito por Gustavo

Chacra, descendente de libaneses e correspondente do jornal “O Estado de S. Paulo” em Nova Iorque.

Para se avaliar o grau de admiração do povo libanês para com nosso monarca, ao final da viagem foi ele presenteado com uma biblioteca e um trono de cedro, atualmente exposto no Museu Imperial de Petrópolis. O cedro



Lody Brais, organizadora da exposição. Ao fundo, parte da exposição.

é a árvore-símbolo do país, figurando inclusive em sua bandeira. Em retribuição D. Pedro II presenteou os libaneses com uma caixa de ouro e diamantes brasileiros.

Fizeram parte da comitiva a imperatriz Dona Tereza Cristina Maria e cerca de 200 pessoas. O grau de despreendimento (virtude difícil de se encontrar em nossos políticos republicanos) de D. Pedro II era notável, pois viajava de cidade em cidade no lombo de uma égua branca, levando seus pertences numa simples mochila. Em uma das ocasiões em que se dirigiu ao povo libanês afirmou: “Gostaria de ver o maior número de vocês no Brasil. Prometo recebê-los bem e tenham certeza de que retornarão prósperos”. Perpicaz, nosso Imperador entendeu bem a psicologia daquele povo oferecendo-lhe prosperidade em novas terras. Hoje os descendentes dos primeiros imigrantes destacam-se nos vários ramos do cenário nacional. Basta ver o grande número de políticos, médicos, engenheiros, empresários, etc. Já o retorno para o Líbano...

Encerrada em 15 de janeiro último com grande êxito de comparecimento, a mostra será exposta também no Memorial da América Latina, em São Paulo nos próximos meses.



D. Gabriel exhibe quadro com selos comemorativos.

Foto: J. Reis

Homenagem à Princesa Isabel no 90º

Nossa reportagem acompanhou a cerimônia, que contou com a presença de S.A.I.R. D. Luiz de Orleans e Bragança, Chefe da Casa Imperial do Brasil, realizada em 29 de novembro último, no auditório do Hotel Golden Tulip, no Bairro dos Jardins, em São Paulo, que prestou justa homenagem à Princesa Isabel pela passagem de seu 90º ano de morte. O ato foi promovido pelo Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO) e teve como um dos oradores o príncipe D.

Bertrand de Orleans e Bragança. Vieram especialmente do Rio de Janeiro o príncipe D. Antonio de Orleans e Bragança e sua esposa, Dona Christine de Ligne. Também esteve presente D. Casimiro de Bourbon-Siciles, primo dos príncipes brasileiros.

O presidente do IPCO, Dr. Adolpho Lindenberg, abriu a sessão destacando especialmente a presença de D. Luiz, a quem propôs a presidência de honra da solenidade. “A homenagem que prestamos à Princesa Isabel

Pedida abertura do Processo de Beatificação da “Redentora”



Resumo da conferência do Prof. Hermes Rodrigues Nery (foto):

Gostaria de iniciar esta exposição com aquela feliz expressão do anjo do Senhor aos pastores de Belém na noite santa de Natal: “Eis que vos anuncio uma boa notícia!” Temos hoje uma causa atualíssima e imprescindível na história do Brasil. A boa notícia para nós, católicos brasileiros, é o pedido para a abertura do processo de beatificação da Princesa Dona Isabel Cristina de Orléans e Bragança, feito em 19 de outubro, ao Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Orani João Tempesta, com a presença de S.A.I. D. Antonio de Orléans e Bragança. Foi feito um encaminhamento que várias gerações desejavam: que a Igreja acolhesse tal iniciativa. Esperamos que agora seja logo constituída a Comissão Especial para dar início aos estudos que venham comprovar a sua vida de santidade, de reconhecidas virtudes heróicas, fidelíssima que foi à fé Católica e aos princípios e valores do Evangelho. Fé com obras e frutos por todos conhecidos.

Ela tinha apenas 43 anos, estava

pronta para viver tudo o que desejava, que era trabalhar por um Brasil capaz de assumir seu destino promissor, quando foi-lhe subtraído o chão e ela perdeu quase tudo daquilo que justificava sua vocação e missão. Diante de tantas perdas, soube elevar os olhos e o coração a Deus e afirmar cada vez mais a sua fé, num admirável exemplo de santificação. E então, naquele 15 de novembro, data de seu batizado, é certo que chorou não apenas porque estavam sendo solapados seus mais legítimos direitos, mas sobretudo porque destruído seu projeto de Brasil. Afinal, o que os republicanos positivistas tanto temeram na Princesa Isabel foi justamente seu ultramontanismo, que significava dizer fidelidade ao ministério Petrino.

A Princesa Isabel, pelo modo como suportou as perdas e dores, e da maneira como afirmou sua fé, teve o sentido de Deus, numa época em que já se constatavam poderosas correntes culturais e políticas decretando a morte de Deus no mundo. Daí a força e a energia com que se moveu, desde o início, para promover a liberdade dos escravos no Brasil, num processo que exigiu sabedoria e prudência, coragem e precisão decisória, que ela tão bem foi capaz de conduzir, até alcançar a glória da Lei Áurea. E mesmo assim, mesmo querendo fazer mais pelo Brasil, as dores do exílio lhe fizeram entender que o comando da história está nas mãos de Deus.

As decisões que a Princesa Isabel tomou como regente tornaram evidente que reconheceu, antes de mais nada, o primado de Deus. Em seu tempo, surgiram e se intensificaram

forças ideológicas contrárias à doutrina social cristã. Cabe lembrar que o Manifesto Comunista é de 1848. E que ela perdeu o trono justamente no enfrentamento destas forças espirituais, cujas tensões ficaram evidentes no próprio movimento abolicionista. Tal movimento só foi bem sucedido porque a Princesa Isabel teve a firmeza de fazer valer a fé católica no processo. Por isso foi possível evitar derramamento de sangue e conter os ímpetos dos que queriam que se repetisse aqui as violências ocorridas no Haiti e nos Estados Unidos. Foi o catolicismo defendido pela Princesa Isabel que permitiu o êxito do maior movimento social de nossa história. E com resultado jubilante. Tudo porque prevaleceu no processo o primado de Deus, que ela tão bem expressou em suas ações decisivas.

A Princesa Isabel sabia que para a Igreja era fundamental a defesa da família como núcleo de toda ordem social. Por isso a causa de sua beatificação hoje é tão atual, num momento em que a instituição familiar está tão ameaçada. Este princípio e valor foi



Princesa Isabel em 1858

aniversário de sua morte

no 90.o aniversário de seu falecimento é uma ocasião excelente para, esquecendo os horrores do presente (mensalões, corrupções, roubalheiras, etc.), sonharmos com um futuro melhor para nossa Pátria”, disse Dr. Adolpho.

Em seguida nomeou os outros dois oradores que, além de D. Bertrand, falariam: os historiadores Hermes Rodrigues Nery e José Carlos Sepulveda da Fonseca. Nesta e nas páginas seguintes publicamos resumo das conferências.



D. Luiz preside evento tendo a seu lado D. Bertrand (dir.) e Dr. Adolpho Lindenberg. (esq.)



Princesa Isabel ao lado de D. Pedro II em Petrópolis.

vivido por ela, de modo marcante, na relação com seus pais, esposo, filhos, netos, e com todos à sua volta. Via a cada um como membro de uma mesma família. Por isso os brasileiros a amaram como mãe e futura rainha.

Há bastante o que descobrir na relevante atuação da Princesa Isabel durante o movimento abolicionista. Muito mais do que ter apenas assinado as Leis do Ventre Livre (1871) e a Lei Áurea (1888). Não tivesse ela assumido a regência e dado o tom tanto na gestão quanto na metodologia de trabalho, o movimento teria tido um rumo mais drástico e explosivo. Foi o componente católico que ela imprimiu (expresso, entre outras, na voz vigorosa de Joaquim Nabuco), que ressoou e influenciou significativamente não somente entre os proprietários rurais resis-

tentes à abolição, mas principalmente entre os negros devotos organizados nas irmandades religiosas, especialmente a de Nossa Senhora do Rosário. Os antropólogos ficam admirados de ver como as irmandades católicas, de origem dos tempos medievais e instituídas tanto em Portugal quanto na África, foram um elo de ligação entre os negros que queriam a sua libertação, mas sem apelo à violência. As irmandades católicas portanto foram decisivas para que o movimento abolicionista fosse bem sucedido, pois teve à frente uma governante mulher e cristã, que tão bem entendeu a alma do povo brasileiro.

Destaca-se na “Redentora” sua fidelidade à Igreja, a qual pode ser constatada em diversas ocasiões. Estive no mês passado em Ouro Preto, num domingo. Fui à Missa pela manhã e ainda antes da celebração uma senhora contou-me que a Princesa Isabel também estivera naquela mesma igreja e ainda hoje guardam de recordação uma toalha que trouxera para ornamentar o altar. Nas suas viagens pelo Brasil, em cada cidade há uma história, uma atitude sua, de tocante devoção. Em peregrinação à Basílica de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, em 6 de novembro de 1888, deixou como pagamento de promessa, feita vinte anos antes na sua primeira visita, uma coroa de ouro com diamantes e rubis, bem como um belíssimo manto azul com a bandeira do Império.

No auge da crise entre a Igreja e a Maçonaria no Brasil, pediu a libertação de D. Vital da prisão. Solicitou à Santa Sé, em 1877, a canonização do Pe. José de Anchieta. Conta-se que, logo após a abolição, quiseram home-

nageá-la com um monumento no alto do Corcovado, no Rio de Janeiro, sua cidade natal, o qual seria denominado “Isabel, a Redentora”. Contestou a idéia alegando que se fosse construído algum dia um monumento o homenageado deveria ser Nosso Senhor Jesus Cristo, e não ela. Anos mais tarde foi erguido o Cristo Redentor, símbolo máximo do Brasil.

Em carta ao Papa Leão XIII (de quem recebeu a Rosa de Ouro, única brasileira a ser homenageada, em vida, com tão excelsa insígnia), somou sua voz aos que solicitavam ao Sumo Pontífice a decretação do dogma da Assunção de Nossa Senhora. Expressou em diversos escritos seu amor e devoção mariana, tendo visitado inúmeros santuários, entre eles o de Nossa Senhora de Lourdes e o de Aparecida.

Em seu testamento constatamos sua inequívoca profissão de fé: “Quero morrer na Religião Católica Apostólica Romana, no amor de Deus e no dos meus e de minha Pátria”.

Termino com a plena convicção de que aquela que já em vida foi chamada de “A Redentora” poderá, com a graça de Deus, ser declarada venerável, beata e um dia elevada à honra dos altares.



Vista parcial do auditório.



Princesa Isabel e Família no Chateau D'Eu.

A catolicidade da Princesa vista por um bisneto



Resumo da conferência do Príncipe D. Bertrand (foto):

Cabe a mim algumas palavras complementares às brilhantes palestras que me antecederam sobre um aspecto que me é muito caro, que é a catolicidade da Princesa Isabel, vista por um bisneto.

Para compreendermos a personalidade da Princesa Isabel, era preciso vermos algo por assim dizer da sua origem genética, usando uma expressão moderna. Tinha ela de D. João VI algo do senso do estadista, pois de fato D. João VI foi um dos maiores estadistas que houve neste país. De D. Pedro I tinha o temperamento forte, o gênio voluntarioso, os gestos enérgicos e corajosos junto com uma natureza expansiva, comunicativa e franca. Tinha do pai o gosto do estudo, o desapego dos bens materiais, a consciência do dever pelo bem da Pátria.

Há uma passagem muito bonita de sua infância. O Imperador a levava em algumas viagens (depois do falecimento de seus dois filhos, pôs toda sua esperança nessa princesinha encantadora). Numa delas a multidão aplaudia o Imperador, o qual era muito querido, mas ao mesmo tempo o povo queria manifestar todo seu carinho pela princesinha que pressentiam viria a ser, por desígnios de Deus, a Imperatriz do Brasil. Vendo os aplausos carinhosos, perguntou ingenuamente a D. Pedro II: “Meu pai, um dia este povo me pertencerá?” D. Pedro II, com sua peculiar sabedoria, respondeu: “Não, minha filha, um dia você pertencerá a este povo, você nasceu para servir a este povo”. Assim foi ela formada na consciência do dever. Assim foi ela formada na idéia que nascera para servir ao Brasil.

Da mãe, Dona Tereza Cristina, tinha o mais precioso: a Fé católica apostólica romana e uma piedade profunda e autêntica. Nela não havia nada de carola. Era uma mulher corajosa, forte, de personalidade comparável à que Nosso Senhor Jesus Cristo descreve como “A mulher forte do Evangelho”. Em suma, era profunda e militantemente católica.

Ela era exatamente o que se esperava de um Chefe de Estado: generosa e disposta a perdoar, mas jamais cedia em questões de princípios, nem mesmo frente ao pai. Na questão religiosa isto ficou muito patente. Não aceitou a atitude de D. Pedro II em relação à sua submissão às leis do país, as quais colocavam a Igreja abaixo do Estado. Estava profundamente compenetrada (este é o ponto central do que quero expor) de uma verdade à qual todo católico deve

2010, pouco antes de entregar o poder à sua sucessora. Se aplicado, banirá Deus do panorama brasileiro. Alguns chegam a dizer que está na coerência do PNDH-III destruir o Cristo Redentor, no Corcovado. Este Plano quer tirar os crucifixos dos tribunais, das Câmaras Municipais, dos prédios públicos. Por outro lado, quer acabar com a família porque equipara o casamento homossexual ao legítimo entre homem e mulher, além de impor a corrupção mais monstruosa às crianças.

Pelo contrário, a vida da Princesa Isabel estava pautada nos Santos Evangelhos, estava pautada na Fé católica apostólica romana. Desde sua infância, desde os primórdios de sua formação, graças a Dona Teresa Cristina, estava profundamente imbuída de senso católico.

Em seu casamento, é célebre a frase que proferiu quando os noivos Duque de Saxe, destinado a ela, e o Conde d’Eu, destinado a sua irmã Dona Leopoldina, trocaram as parceiras programadas. Dizia com muita graça: “Deus e nossos corações decidiram de outra maneira”. Ela se decidiu pelo Conde D’Eu e Dona Leopoldina ficou com o Duque de Saxe.

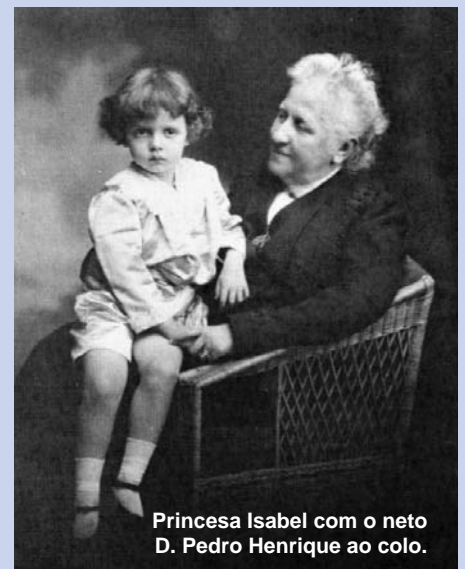
Era de uma sadia ingenuidade, sensibilidade e admirável clareza de idéias. Por ser católica, tinha essa clareza cristalina na alma, sabia o que queria, porque o que desejava era que se realizasse os planos de Deus para nossa Pátria, Terra de Santa Cruz.

As suas principais devoções eram o



aderir, à qual todo bom brasileiro deve aderir, e expressa magnificamente na encíclica “Quanta Cura”, do bem-aventurado Pio IX: “Os Estados subsistem quando tomam por fundamento a Fé católica”. Na mesma linha Santo Agostinho: Imagine uma cidade, uma região, uma nação em que todos cumpram os Dez Mandamentos da Lei de Deus. Que problemas haveria?

É exatamente o contrário o que assistimos hoje no Brasil. Em nome de um laicismo de Estado, de uma igualdade entre as várias religiões, tenta-se impor ao Brasil o malfadado Plano Nacional de Direitos Humanos III, assinado pelo presidente Lula às vésperas do Natal de



Sagrado Coração de Jesus e a Imaculada Conceição da Santíssima Virgem. Comungava, antes do exílio, sempre que podia. No exílio recebia a Sagrada Comunhão todos os dias. Em Paris fazia questão de visitar todos os dias a Basílica do Sagrado Coração para comungar. Marcava com isso a presença de uma princesa católica na sociedade de Paris. Aliás, soube se impor à sociedade francesa, apesar de já ser República. Fazia questão de participar no mês de Maria, em homenagem à Santíssima Virgem, exatamente para dar exemplo a todos os brasileiros de como deve ser uma verdadeira brasileira, uma verdadeira princesa.

Demorou muito tempo para conceber. Por fim, foi tratar-se com as águas de Caxambu. Mas sobretudo fez promessas, esteve em Lourdes em 1873 e finalmente veio a conceber seus três filhos, D. Pedro de Alcântara, D. Luis, meu avô, e D. Antonio, meu tio-avô.

Teve passagem por Aparecida para agradecer o fato de ter concebido e depois ofereceu uma coroa de ouro, cravejada de brilhantes, que até hoje orna a imagem de Nossa Senhora Aparecida.

Foi regente três vezes. É bonito o juramento de quando assumiu a regência pela primeira vez, aos 25 anos: “Juro manter a Religião católica apostólica romana, a integridade, a indivisibilidade do Império, observar e fazer observar a Constituição política da Nação brasileira, e demais leis do Império, e a prover o bem do Brasil quanto a mim couber. Juro fidelidade ao Imperador e entregar-lhe o governo logo que cessar a causa de seu impedimento”.

Abolição, o prêmio, a rosa de ouro. E outro prêmio, a cruz, o exílio. Ela sabia perfeitamente que perderia o trono. Depois dos aplausos do dia 13 de Maio no balcão do Paço da cidade, o povo todo festeja não haver mais o elemento servil. José do Patrocínio, líder abolicionista, lançava-se a seus pés para osculá-

los. Ela o levantou e o abraçou diante da multidão. Depois, voltando para dentro do Paço da cidade, encontrou o Barão de Cotegipe. Ela tinha muita personalidade: “Barão, venci ou não venci?” O Barão: “Sim, hoje Vossa Alteza venceu, mas amanhã veremos Vossa Alteza, vosso venerando pai, vossa veneranda mãe, vossos filhinhos todos saindo Baía da Guanabara afora para o exílio. Vossa Alteza acabou de perder o trono”. Ela não teve dúvida alguma e manteve a disposição.

Houve o golpe militar republicano de 15 de Novembro, o exílio, a Imperatriz Dona Teresa Cristina faleceu poucos dias depois de desembarcar na cidade do Porto. O Imperador, que tinha sido por 50 anos Chefe de Estado, saíra do Brasil com a roupa do corpo. Não



Princesa Isabel e família no Chateau D'Eu, durante a Primeira Guerra.

tinha dinheiro sequer para pagar as exéquias de sua esposa. Foi um português, movido pela paixão, que pagou as exéquias da Imperatriz.

O próprio Imperador veio a falecer dois anos depois em Paris, num hotel de segunda classe, tendo trazido do Brasil apenas um pouco de terra, suficiente para encher o travesseiro no qual recostaria sua cabeça quando da entrega de sua alma a Deus.

Assim acabou esse período áureo, mas a Princesa Isabel continuou sua obra.

Termino citando pequenos fatos de sua vida em Paris. A princesa era o que se chama em francês “une grande dame”. Ela se impôs à sociedade francesa. Só havia duas carruagens que podiam entrar na Ópera de Paris: a do presidente e a da Princesa Isabel.

Em Paris fazia questão de acolher todos os brasileiros em sua residência e fazia questão de marcar sua catolicidade. Cito dois pequenos fatos para vermos o temperamento dela. Assistia frequentemente as experiências dos pri-



Dom Antonio (dir.), Da. Christine e D. Casimiro.

meiros voos de Santos Dumont. Mandava farnéis porque ele passava longas horas ao ar livre e depois mandou uma medalha de São Bento com um bilhete: “Senhor Santos Dumont, envio-lhe uma medalha de São Bento que protege contra acidentes. Aceite-a e use-a na corrente de seu relógio, na sua carteira ou no seu pescoço. Ofereço-a pensando em sua boa mãe, e pedindo a Deus que o socorra sempre e o ajude a trabalhar pela glória de nossa Pátria”. De fato Santos Dumont lançou o Brasil à glória por ter sido o primeiro a decolar em aeroplano.

Outro fato encantador. Havia uma criança hindu num hospital de Paris, a futura Maharani Kapurtala. Tinha sido operada de apendicite e muitos franceses iam visitá-la. Conta a hindu em suas memórias que todos a viam como um bichinho exótico de um país estranho e maravilhoso, a Índia. A única que a tratou com naturalidade foi a Princesa Isabel, que a acariciou, agradou e consolou. Leio aqui textualmente o que a Maharani relatou em suas memórias sobre o que a Princesa Isabel lhe dissera: “Minha filha, não sei que religião tem, mas sei que há um Deus que ama todas as crianças do mundo. Aqui está uma imagem da Mãe d’Ele. Guarde-a consigo, e quando estiver em grande aflição, peça a Ela para interceder ao Deus verdadeiro”. Diz a Maharani que guardou a imagem até o fim da vida e que nos momentos de apuro ajoelhava-se diante da imagem que a Princesa Isabel lhe dera para rezar ao Deus verdadeiro.

No seu testamento dizia: “Quero morrer na Religião Católica Apostólica Romana, no amor de Deus e no dos meus e de minha Pátria”.

Esta foi a Princesa Isabel!

Vista parcial do auditório.



Opção preferencial pela nobreza



Resumo da conferência do Sr. José Carlos Sepulveda da Fonseca (foto):

Nesta exposição, seria natural continuar com os elogios à Princesa Isabel. Mas vou me propor o contrário, ou seja, levantar objeções contra essas homenagens, que seriam as seguintes:

A nobreza e as elites estão de acordo com o espírito da Igreja? Não são essencialmente compostas por pessoas fúteis, pessoas que gostam de gozar a vida, de detentores de privilégios, que vivem de galardões do passado e de méritos que não são deles, inclusive certos privilégios econômicos? A condição de nobre não é uma manifestação de orgulho e de vaidade completamente contrária ao espírito cristão?

Foi exatamente para responder a essas e a muitas outras objeções que o Prof. Plínio Corrêa de Oliveira escreveu o livro “Nobreza e elites tradicionais análogas nas alocações de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza romana”, em 1993, mostrando que o ensinamento da Igreja, ao contrário do que se afirma hoje em dia, não só sustenta que pode haver nobreza e elites, mas que as sociedades necessitam delas. Com base em ensinamentos pontifícios, sobretudo numa série de alocações do Papa Pio XII, escreveu ele esta preciosa obra para mostrar que é conforme ao espírito da Igreja a existência de elites e nobrezas.

Dou então uma resposta muito rápida, calcada no Papa Pio XII. Numa frase sintética e luminosa, extraída de uma de suas alocações, responde ele a todas estas objeções: “A natureza benigna e a bênção de Deus à humanidade iluminam e protegem os berços, osculam-nos, porém não os nivelam”. Ou seja, todos os berços são osculados pela Providência. Entretanto, a Providência não os nivela. Parece importante mostrar que é conforme o espírito da Igreja

e os ensinamentos dos Vigários de Cristo que há legitimidade na existência da nobreza e das elites.

Qual a importância da existência dessas classes numa sociedade, segundo os ensinamentos papais? Em primeiro lugar, a nobreza e as elites desempenham um papel legítimo à luz da doutrina social inspirada no direito natural e na revelação. Depois, essas classes são portadoras de riqueza de alma cristã. Este é um ponto fundamental, pois é o que caracterizou a Princesa Isabel historicamente. Por fim, o Papa Pio XII e os que se seguiram reafirmaram essa doutrina, mesmo nas condições de vida moderna. Ou seja, nas democracias e nas repúblicas que aboliram os títulos de nobreza, essas estirpes continuam a desempenhar seu papel eminentemente cristão. Tem o dever de desempenhá-lo.

Atualmente vivemos no meio de um embate entre dois modelos de homem e de sociedade. De um lado há a concepção materialista, que considera o homem como fruto da evolução da matéria. Esta corrente vê a história como um entrelaço constante e cruel entre pessoas e classes procurando a extinção de todas as diferenças, a completa e radical eliminação de todas as leis morais, e a negação da própria natureza. Por outro lado temos a concepção católica da sociedade, do homem e de toda a natureza criada por Deus. A vida em sociedade deve ser um reflexo desse universo desigual. A Providência criou uma multiplicidade de seres a bem dizer infinitos, todos diferentes. E a vida em sociedade deve ser um reflexo dessa diferença harmônica que Deus criou no Universo. Por isso deve haver justas e proporcionadas desigualdades, harmonia e paz entre as classes. Nas exposições anteriores vimos como a Princesa Isabel trabalhou para que houvesse harmonia e paz na sociedade brasileira.

Indicarei algumas rápidas características das elites e da nobreza apresentadas pelos papas, as quais impregnaram a alma da Princesa Isabel. A primeira é uma conduta religiosa e moral irrepreensível. A virtude cristã é a essência da própria nobreza. Os nobres devem ser guardiões da tradição, devem manter vivo o nexo pelo qual a sabedoria do passado governa o presente sem imobilizá-lo.

Há pessoas que infelizmente consideram a tradição um voltar-se para um passado empedernido e imóvel. Ilustro com o seguinte exemplo. Alguém vai por uma estrada de um ponto a outro. A estrada é sempre a mesma, mas o ponto em que está é sempre diferente. Assim é a tradição. Qual a pessoa que transita por uma via e, no quilômetro seguinte, faz explodir o que passou? Depois avança mais um pouco e nova explosão? Ninguém faz isso porque a estrada precisa começar num lugar e terminar em outro. A tradição é exatamente isso, uma estrada por onde os homens caminham em realidades diferentes, mas é uma e conduz a um fim digno e elevado.

Outra característica: fidelidade e dedicação a causas mais dignas. A Princesa Isabel foi exemplar nesta matéria, pois tinha piedade terna e munificente para com os débeis e pobres. Li recentemente que D. Pedro II sustentava de seu próprio bolso inúmeros pobres e necessitados. De seu próprio bolso, e não bolsas-família!

Os nobres e as elites têm também um prestígio natural que persuade sem oprimir, arrasta sem forçar e conquista sem humilhar. A distinção na vida social, o requinte de modos e a elevação da cultura é patente nestas classes. Recentemente li artigo de jornal que descrevia os gestos e o palavreado chulo de certos governantes brasileiros. Alguém imagina a Princesa Isabel agindo assim? Isso não cabe na figura de uma princesa.

Outra particularidade do nobre: vitalidade de espírito que transmite vigor e fecundidade nas obras e tende para o aperfeiçoamento contínuo. É um dever importantíssimo, talvez o mais importante, porque o próprio Papa Pio XII diz que esta é uma das mais altas funções sociais da nobreza: resistir às doutrinas e aos costumes perversos que tentam arrastar as sociedades para o neopaganismo.

Serem guias idôneos da sociedade é outra propriedade da nobreza e das elites. Não por capricho, mas porque estão imbuídas de tradições seculares, de valores fundamentais como religiosidade, fé operante, vida familiar cristã exemplar, observância do dever na vida pública, atenção às necessidades da sociedade, do serviço de Deus e da Pátria.

Sem dúvida todos estes predicados marcaram indelevelmente toda a vida da Princesa Isabel.